

O castro eneolítico de Olelas

BREVE NOTÍCIA

POR

Eduardo Prescott Vicente e Eduardo da Cunha Serrão

«... dos cumes dèsses montes nús e abandonados, onde outrora ecoaram brados frementês de dôr e de triunfo, desce sôbre os vales e sôbre a planície, sôbre os homens de hoje, sôbre o futuro, uma irradiação sobrenatural.»

A. A. MENDES CORRÊA.

1.º — A Estação da Coroada da Montanha de Olelas

Aliar a prática à teoria é método que se impõe a quem pretenda obter sólidos conhecimentos de qualquer natureza. O estudioso consegue assim resultados que lhe são especialmente proveitosos — todos o sabem, mas nem sempre por experiência própria — e não é raro acontecer até que, no decurso de uma observação de carácter meramente instrutivo, surjam pormenores e aspectos que levem a investigações em campo ainda virgem.

Só quem já trabalhou em arqueologia pré-histórica poderá avaliar da insuficiência das noções teóricas em tal matéria. A pesquisa e a interpretação dos documentos que não são simplesmente os objectos mas também os factos que lhes são relativos — associação de objectos, nível, proveniência, etc. — é sem dúvida tarefa para aqueles que se não limitaram a ler óptimas descrições e a examinar as mais perfeitas reproduções gráficas.

Conscientes de tais realidades, adoptámos o sistema de completar, sempre que possível, os conhecimentos que adquirimos através das comunicações, notícias e estudos orientadores da nossa auto-cultura em pré-história, com a observação directa dos motivos focados. Assim, ao estudarmos a *Noticia da Estação Humana de Licêa* — Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa e publicada em 1878 — da autoria do ilustre arqueólogo Carlos Ribeiro, dispusemo-nos a procurar a Estação que, a pág. 69 do seu trabalho, vem referida nos seguintes termos:

«Na coroada da montanha d'Olella situada na freguezia do Almargem do Bispo, 26 kilómetros a NO de Lisboa, descobrimos outra estação prehistorica que offerece nos seus caracteres ethnographicos muita semelhança com a de Licêa, e que já começámos a explorar; e nas encostas das profundas ravinhas da mesma montanha tambem descobrimos tres grutas, onde se encontraram objectos que parece pertencerem ao fim da idade paleolithica, e a mais de uma phase da época neolithica.»

Segundo se depreende de um ligeiro relatório do Professor Vergílio Correia (1), que visitou a região de Olelas, e de um trabalho de Augusto de Melo Nogueira (2) acerca do espólio recolhido por Carlos Ribeiro, a localização da «Estação da Coroada» não é de uma grande facilidade.

De facto, se não custa encontrar as grutas — que são até muito conhecidas na região — o mesmo não acontece com a *Estação*, pois a simples referência do seu descobridor, «Na coroada da montanha» é insuficiente, uma vez que tal montanha é constituída por vários cabeços e colinas.

(1) *O Arqueólogo Português*. Vol. XIX, 1914, págs. 207 a 210.

(2) *Estação Pré-histórica de Olelas — Elementos para o seu estudo*. 1933.

Carlos Ribeiro, nos seus apontamentos de campo e nos rótulos das peças que encontrou, já é mais minucioso, pois refere-se a um «Cabeço da Serra» e a um «Cabeço das Pedras» (1). Porém, Vergílio Correia considera «Picoto» (designação por que hoje é conhecido apenas um cabeço do corpo Sul) as cristas dos três corpos da Serra (o que significa chamar «Picoto» a todas as proeminências); e diz que «deve ter existido... um pequeno núcleo de habitações» no «extremo Oeste do Picoto do segundo corpo da Serra», terminando as suas considerações desta forma: «Será aqui a Estação da Coroada do Monte a que se referia Carlos Ribeiro?» Podemos nós agora confirmar que esteve de facto na estação, pois as referências que dá correspondem a uma das suas zonas — terreno F (Est. I e IV) —, embora seja evidente que ficou na incerteza de a ter localizado.

Por sua vez, Melo Nogueira (2) já destaca o Picoto, que seria o «Cabeço da Serra» de Carlos Ribeiro, e supõe que o «Cabeço das Pedras» é o que fica ao Norte do «Vale da Calada», mas do seu trabalho não se depreende que tivesse encontrado a Estação.

Quando resolvemos procurar a «Estação da Coroada», não conhecíamos ainda os trabalhos de Vergílio Correia e de Melo Nogueira. Auxiliados pela toponímia que designa por «Picoto» o cabeço do Sul e por «Castelo» o do Norte, precisamente o mais elevado — 319 m. de altitude — dirigimo-nos sem hesitações em primeiro lugar ao «Castelo», presentindo que encontraríamos a Estação nesse ponto.

Uma vez lá no alto, a abundância dos achados superficiais confirmou as nossas suspeitas, fundamentadas no facto de tão

(1) Segundo Augusto de Melo Nogueira. *Obra citada*, pág. 7.

(2) *Obra citada*, pág. 8.

frequentes vezes encontrarmos gravadas na toponímia reminiscências de épocas muito longínquas.

Visitámos com maior assiduidade a «Estação da Coroada» a partir da primavera de 1948 e, ao mesmo tempo, íamos compilando o pouco que a seu respeito se escrevera. Quanto melhor a conhecíamos mais apreciávamos como fora proveitoso observar «in-loco» o objecto de uma notícia antiga e muito lida, pois só assim pudemos avaliar que se havia perdido o conhecimento do local exacto da estação e, dado o interesse do espólio que conseguimos obter, apreciável área onde o encontrámos e outras circunstâncias que fazem parte desta notícia, como é merecedora de exploração intensiva por parte de quem de direito.

2.º — Meios arqueológico, pré e proto-histórico; lendas locais

A zona abrangida pelos concelhos de Sintra, Cascais, Oeiras e Lisboa é, como se sabe, rica em estações pré-históricas tais como: os povoados de Licêa, Negrais (1), Catrivana (2), as necrópoles de Alapraia e Carenque, de S. Pedro do Estoril (Cai-Água), da Folha das Barradas, de S. Martinho e do Monge, as grutas de Cascais, de Porto Covo e da Ribeira da Lage (Oeiras), vários dólmenes próximos de Belas e ainda as estações do Alto da Cabreira (Monsanto) e da Samarra, recentemente estudadas por Camarate França.

(1) e (2) Negrais e Catrivana; povoados eneolíticos que descobrimos respectivamente em 19-XI-1950 e 2-IV-1950, o primeiro no *lapiaz* de Negrais, o segundo na aldeia de Catrivana (ambos do concelho de Sintra). Encontram-se em preparação as respectivas notícias que oportunamente serão publicadas.

Este valioso conjunto de monumentos arqueológicos constitui, como refere o citado autor ⁽¹⁾, baseado em argumentos do Professor Mendes Corrêa ⁽²⁾, os vestígios do apogeu eneolítico de que foi teatro a região vizinha do estuário do Tejo, cujo interesse crescente leva a não se ter ainda afastado a «hipótese de que a célebre alegoria de Platão sobre a Atlântida se filiaría nesse apogeu».

O passado proto-histórico de tal região, neste caso concreto o passado de um dos seus aglomerados populacionais mais importantes pela privilegiada situação geográfica que ocupava, também se presta a que especialistas estrangeiros formulem hipóteses arrojadas. Assim, a René Thévenin ⁽³⁾ não repugna considerar a possibilidade (que Schulten lhe perdoe) de Lisboa ter sido a enigmática Tartessos.

Reconstituindo a viagem do massaliota Pytheas, que parte de Marselha, passa por Barcino e Tarraco (Barcelona e Tarragona), transpõe as Colunas de Hércules e atinge o Cabo Sagrado (o autor francês identifica-o pelo estudo das distâncias percorridas como sendo o Espichel), Thévenin diz nesta altura:

«Il est question ensuite d'un certain lieu dit Tartessos. Il se peut que ce soit ce Tharsis tant cherché et qui se trouverait alors quelque part sur la côte du Portugal. Pourquoi ne serait-ce pas Lisbonne, port admirablement situé, autant du point de vue maritime que du point de vue continental? De là notre navigateur continue de remonter vers le nord...»

(1) *A Estação Pré-histórica do Alto da Cabreira (Monsanto)*. 1948, pág. 11.

(2) *A Atlântida e as Origens de Lisboa*, in «Da Biologia à História», Porto, 1934, pág. 142 e seguintes.

(3) *Les Pays Légendaires devant la Science*, Collection «Que sais-je?». Paris, 1949, págs. 46 e 47.

Poderá considerar-se como pretensão excessiva ambicionar para a antepassada de Lisboa simultâneamente dois brasões de tão alta nobreza — Atlântida e Tartessos — como parece ser essa a nossa atitude. Temos porém a consciência de que estamos apenas apresentando interessantes conjecturas, que nem são nossas, cada uma com bons fundamentos e que, postas a par, embora à primeira vista pareçam incompatíveis, não o são. Assim, e o assunto toma agora o seu máximo de interesse, fechemos a cadeia de hipóteses com outras hipóteses que a completam harmònicamente, recordando as flagrantes analogias que se notam entre Tartessos e a lendária Atlântida ⁽¹⁾, algumas das quais de reivindicar para o círculo cultural megalítico do ocidente português ⁽²⁾.

No entanto, os argumentos de Schulten, no sentido de localizar Tartessos na foz do Guadalquivir, não são fáceis de destruir, tal o poder da sua erudição, mas também não lhe passa despercebida a importância do estuário do Tejo quando o considera limite setentrional das viagens comerciais dos focenses ⁽³⁾ e ao admitir em Olissipo a existência de um depósito de estanho ⁽⁴⁾, esse metal tão familiar a quem lê coisas sobre a Atlântida e Tartessos.

Chama-nos assim a atenção para uma faceta da economia da época que, indirectamente, nos auxilia a raciocinar de uma maneira pessoal sobre a razão de ser do apogeu eneolítico das vizinhanças da foz do Tejo a que inicialmente nos referimos. Entre este fenómeno cultural e determinadas condições geográfico-económicas — riqueza estanífera do noroeste da Península Ibérica e as faculdades que para as transacções metalíferas poderia então oferecer o

(1) Adolfo Schulten — *Tartessos*, Segunda edición — Madrid, 1945.

(2) A. A. Mendes Corrêa — *Obra citada*, pág. 141.

(3) *Obra citada*, pág. 114.

(4) *Obra citada*, pág. 115.

estuário do Tejo — há, segundo julgamos, certa relação. Averiguar até que ponto, não é fácil nem ocasião muito propícia; mesmo assim tentaremos fazê-lo com a leveza que o carácter deste trabalho permite. Mas, como o autor alemão se refere a épocas muito posteriores ao eneolítico ibérico e já que tomámos como ponto de partida para as nossas deduções dois argumentos que nos proporciona, teremos primeiramente de encarar o problema geográfico-económico na proto-história, ver em seguida se terá cabimento na pré-história e, por último, relacioná-lo com dados que nos oferece a arqueologia.

São favoráveis à hipótese do porto olissiponense ter sido local de permuta do estanho as seguintes circunstâncias:

O vale do Tejo serviria de óptima via para o transporte do mineral em questão — facto que involuntariamente nos lembra aquela passagem do périplo de Avieno em que se diz que o rio levava estanho à cidade de Tartessos ⁽¹⁾ — uma vez que constitui, por assim dizer, a fronteira sul da zona estanífera, os actuais distritos de Castelo Branco, Guarda, Viseu e, mais ao norte, a província de Trás-os-Montes e a Galiza.

O seu estuário — esplêndido abrigo para a navegação, o mais convidativo da costa ocidental — encontrava-se na intercepção das duas vias comerciais do estanho: a que referimos (o vale do Tejo) e a marítima, ao longo da costa, esta última para o minério proveniente da Galiza e Cassitérides, essas ainda mal definidas «Ilhas do Estanho»; e dizemos mal definidas porque há até quem, como Cuevillas, rejeite a sua insularidade e as assimile à área continental galaico-lusitana ⁽²⁾.

(1) Avieno — *Ora Marítima*, v. 296 a 299 e, também em Eforo — *Escimno*, v. 162.

(2) «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» — veja-se *Cassitérides*.

O facto da foz do Tejo ser o limite das navegações comerciais dos focenses que, como é sabido, se dirigiam à Península com o principal fito de adquirir metais, aliado às circunstâncias anteriores, leva-nos à presunção de que o seu objectivo seria a obtenção do estanho. Se o encontrassem nos portos do sul da Espanha, o que só era possível se intermediários o trouxessem até aí por via terrestre ou marítima, não teriam necessidade de navegar até à foz do Tejo, onde só havia oiro aluvial em quantidade que, só por si, não justificava os riscos da viagem, ao passo que nos referidos portos da costa espanhola teriam todos os metais de que fundamentalmente necessitavam — cobre, prata e estanho. Também a meta das suas navegações não seria Olissipo, mas sim qualquer ponto bastante mais ao Norte, se só encontrassem o estanho nos portos mais próximos da região mineira do NO. peninsular — na costa galega ou do Norte de Portugal.

Vejamos agora até que ponto poderemos considerar o problema no eneolítico ibérico.

Os navegadores orientais faziam viagens à Península, atraídos pelos metais, desde o ano 3.000 A. C. (1). Sendo assim, o estanho seria certamente um dos mais procurados, porque tais povos estavam então na idade do bronze — o Egipto, Creta, Ilhas do Egeu, Chipre e o Sul da Grécia iniciaram a segunda idade do bronze entre 2.500 e 2.300 A. C. (2) — carecendo, portanto, essencialmente de cobre e estanho, metais estes, como se sabe, abundantes na Península.

(1) Adolfo Schulten — *Obra citada*, pág. 50.

(2) Segundo a tabela sincrónica de Hall, reproduzida por Martin Almagro em *Introducción a la Arqueología*; *Manuales de Iniciación Apolo* — Barcelona, 1941 — Na mesma tabela, a primeira idade do bronze corresponde ao eneolítico (cobre).

É ainda Schulten quem salienta a importância do estanho ibérico para as civilizações orientais do bronze, quando diz:

«Si investigadores anteriores, sugestionados por el dogma de la autarquía del Oriente, rechazaron la posibilidad de haberse importado metales de Occidente, actualmente habrá que rectificar tal opinión. En vista de que España poseía en gran abundancia aquellos metales y ya en el tercer milenio los exportaba a lejanos países, cabe suponer que también el Oriente, en aquella época, recibía plata y estaño de España, sirviendo quizá de intermediarios para este tráfico los Cretenses, como ulteriormente Cretenses y Fenicios.» (1).

Emité assim opinião contrária à de Ed. Meyer e B. Meissner que consideram obscura a procedência das enormes quantidades de estanho que o mundo antigo misturava com o cobre, na época do bronze, e excluem os recursos às minas de Portugal, Inglaterra, Irão e Indostão (2).

Relativamente à influência social, cultural e económica que o comércio dos metais exerceu sobre os povos ibéricos dessa época, não teve Hubert Schmidt dúvidas em dizer: «na idade da pedra e do cobre foi este metal e, com todas as probabilidades, também já o estanho que os atraiu (aos navegadores orientais), juntando-se-lhes mais tarde a prata. Só assim se explica a grande prosperidade da vida social da Península, testemunhada pela imponente grandiosidade dos seus sepulcros» (3).

Não resta, portanto, dúvida de que eneolíticos peninsulares e navegadores do bronze viveram a mesma época em que foi fenómeno característico a procura dos metais, fundamentalmente cobre e estanho, matérias-primas indispensáveis à civilização

(1) *Obra citada* — pág. 29.

(2) Nota 2, pág. 29, na *Obra citada* de Adolfo Schulten.

(3) *Der Bronzfund von Canena* — pág. 130.

material de uns e, indirectamente, estimulantes do progresso cultural de outros.

Mas seria já a foz do Tejo um local de permuta, como nos pareceu ter sido na proto-história? Não temos qualquer dado concreto que nos elucide, nem mesmo sabemos quais os navegantes que então a demandavam, mas podemos suprir a deficiência relacionando dois factos de capital importância cuja resultante não só responde à nossa incógnita (assim nos parece) como também faz luz sobre a razão de ser do apogeu eneolítico da costa centro-occidental, questões estas diferentes na aparência, mas complementares no sentido.

São eles:

1.º — A distribuição geográfica, na Península Ibérica, dos metais em causa;

2.º — A localização dos dois focos da cultura do vaso campaniforme.

Ora, vemos um dos focos localizar-se nas proximidades da foz do Guadalquivir, fácil via de penetração para as regiões cupríferas do Sul da Espanha (também ricas em prata); o outro, nas proximidades do estuário do Tejo, cujas possibilidades ⁽¹⁾, de ser o mais provável porto para a permuta do estanho, já referimos relativamente a épocas posteriores.

É certo que a maioria dos autores tem como favorita para quase todas as transacções metalíferas a primeira região citada e atribuem a esta circunstância de ordem económica o esplendor da civilização que aí deixou restos materiais valiosos e imponentes. E não será lógico atribuir a uma razão de ser semelhante a cultura da costa central portuguesa que arqueólogos notáveis ⁽²⁾ põem expressivamente em evidência?

(1) Possibilidades geográfico-económicas expostas a pág. 52 deste trabalho.

(2) Segundo Alberto del Castillo Yurrita, a civilização do vaso campani-

Pois bem: baseados nos argumentos que apresentámos e ainda de acordo com o critério corrente segundo o qual a expansão por via marítima da civilização do vaso campaniforme andou relacionada com a economia dos metais, não nos custa ter como muito provável que as populações eneolíticas de tal região beneficiaram do próspero ambiente económico resultante do comércio do estanho, justificando-se assim o expressivo e original nível de cultura patente nos abundantes vestígios que deixaram: restos de povoados, necrópoles e outros achados que se adensam especialmente em torno da foz do Tejo.

A Estação da Coroada da Montanha de Olelas faz parte deste quadro arqueológico e pré-histórico e, sendo assim, é fácil avaliar por tudo o que referimos como as incógnitas que encerra oferecem especiais atractivos para o investigador.

É curioso constatar como, até certo ponto, coincide com a realidade o que sabem alguns dos actuais habitantes das cercanias acerca do «Castelo», ou por tradição ou influenciados pelo espólio que fortuitamente se lhes depara: «Há muitos, muitos anos, existiu, lá no alto, uma cidade que, também há muito tempo, foi completamente destruída por um dilúvio; coisas que os nossos avós contaram aos nossos pais. E dizem que se encontra por lá muita coisa dessa época!» Obtivemos estas informações numa «venda» situada próximo da estação do caminho de ferro de Sabugo, algum tempo depois da nossa primeira visita.

forme manifesta-se «con una insolita riqueza» na costa centro ocidental da Península Ibérica. — *La cultura del Vaso Campaniforme — su origen y extencion en Europa* — Barcelona, 1928 — pág. 60.

Segundo Nils Åberg, «Le Portugal est le centre de la culture ibérique énéolithique». — *La civilisation Énéolithique dans la Peninsule Ibérique* — Halle — 1921 — pág. 59.

Na aldeia de Olelas, é hoje voz corrente que as grutas exploradas por Carlos Ribeiro são «do tempo dos mouros» e ninguém se lembra já das explorações feitas em 1878 pelo ilustre arqueólogo; mas o aldeão não se espanta pelo facto do local atrair um ou outro forasteiro, pois a sua curiosidade já foi, mais do que uma vez, espicaçada pelo mistério das grutas «onde, quem sabe, se esconderá algum tesouro».

Segundo certa lenda, que teve para nós grande importância, pois deu origem a que descobríssemos a Estação do Lapiaz de Negrais, uma das grutas de Olelas comunicaria com outra que se encontra próximo da aldeia de Negrais. Trata-se, certamente, de pura fantasia, dada a distância apreciável a que se encontram — 4 Km. Referiremos a lenda detalhadamente na notícia que fizermos acerca do povoado eneolítico de Negrais.

3.º — Descrição do local, — dados topográficos e geológicos

Partindo da aldeia de Olelas, que dista cerca de 1.000 m. da estação do caminho de ferro de Sabugo, e seguindo na direcção NE., encontramos dois cabeços — o do Castelo e o Picoto — (Est. VIII — fig. 8) separados por um vale onde corre, para oeste, um riacho sobre leito pedregoso, pobre em volume de águas e, mesmo assim, só quando a estação lhe é favorável (Est. I).

Neste vale (o vale da Calada), encontram-se as três grutas referidas por Carlos Ribeiro na «Notícia», mais tarde identificadas por Vergílio Correia e Melo Nogueira. Verificámos, porém, que há mais de três e localizámos a entrada de outra no flanco N. do cabeço do Castelo (Est. VIII — fig. 9). Aquelas que ainda estão

entulhadas poderão, depois de exploração metódica, fornecer espólio arqueológico.

A paisagem é agreste: vertentes abruptas com abundantes afloramentos de calcário e cobertas de mato rasteiro, as negras bocas das grutas a dar certa nota lúgubre, nem uma árvore a amenizar o quadro (Est. VI — fig. 1).

O cabeço que fica ao Norte do vale — o do Castelo — (Est. IV e V) é oblongo no sentido leste-oeste, apresenta as suas encostas mais abruptas a N., S. e O. (Est. II e VI — fig. 1) e esbate-se a E. em ondulações mais suaves. Na parte superior, há uma zona que, embora acidentada, forma como que uma espécie de meseta, onde um pequeno *planalto* rectangular com cerca de 110 m. por 70 m. domina todas as elevações (Est. III). Os lados N. e O. deste planalto são naturalmente defendidos por escarpas e a S. e E., degraus naturais separam-no dos terrenos próximos. No seu ângulo NO, no ponto de cota máxima — 319 m. — encontra-se um marco geodésico. (Est. I).

Os terrenos do alto deste cabeço ou estão cobertos de mato entremeado com afloramentos de calcário de aspecto *cársico*, ou, nas zonas que ofereciam possibilidades, foram aproveitados como terras de sementeira.

Quem examinar a «Carta Geológica dos Arredores de Lisboa» — escala 1:50.000 —, encontrará uma mancha que assinala o Jurássico (J-IV Kimeridgiano e Portlandiano) e corresponde aos relevos calcários de Olelas. Tal mancha prolonga-se para SO. até à aldeia de Sabugo; confina com o Oligocénico a O., com o Cretássico principalmente a S. e com o manto basáltico a N. e E.. A O., afloramentos de basalto cortam por vezes os calcários, como, por exemplo, se verifica na base do cabeço do Castelo, próximo de uma antiga fonte, no caminho que o contorna pelo O.

4.º — Materiais encontrados

Sem autorização para fazermos qualquer escavação ou sondagem, limitámos as nossas observações a um exame visual da superfície do planalto, na parte que fora recentemente lavrada («A» nas Est. I e IV). Logo de início nos surpreendeu a grande abundância de fragmentos de sílex trabalhado, de machados, de percutores, e de cerâmica lisa e ornamentada.

Em seguida, inspeccionámos os terrenos circunjacentes. Ao Sul do planalto e distante uns 60 m., num terreno lavrado («B» nas Est. I e IV e Est. VI — fig. 2) compreendido entre dois largos muros de pedra solta, dos quais adiante nos ocuparemos, a mesma abundância de materiais.

Encontrámos ainda muitos fragmentos de cerâmica lisa e alguns de sílex com trabalho, nos terrenos a E. e SE. («C» nas Est. I e IV e Est. VI — fig. 3) — parecem coincidir com o «local a 1.000 m. N. 70° E. de Olelas» onde Carlos Ribeiro, segundo Melo Nogueira, assinalou uma jazida de superfície — próximos de outros muros também de largura apreciável e numa terra de sementeira a NE. de uma colina pedregosa que, a nascente do planalto, dista deste uns 150 m. Nesta última jazida («D» nas Est. I e IV) só encontrámos um fragmento de cerâmica ornamentada e, de mistura com inúmeros fragmentos lisos do tipo eneolítico, também aparecem outros de pasta e aspecto peculiar à cerâmica de épocas posteriores.

Os terrenos do alto do cabeço que oferecem menos achados de superfície são aqueles que ficam, um entre os muros 1 e 2 («E» nas Est. I e IV) o outro a O. do muro 1 («F» nas Est. I e IV), ambos situados a SO. do planalto que nos tem servido de referência, próximos da escarpa sul e encosta oeste.

Pelos esquemas representados nas Est. I e IV, pode-se avaliar

a variedade dos locais que forneceram material para o nosso estudo, bem como a grande superfície que a «Estação da Coroadá» ocupa, podendo concluir-se que abrange todos os terrenos planos e não penhascosos do alto do monte.

São modestas amostras do espólio que a estação um dia certamente fornecerá, os materiais que passamos a descrever:

a) *Objectos líticos.* — Fazendo apenas referência a peças inteiras ou fragmentos que apresentam formas definidas, podemos mencionar:

— de sílex (Est. IX a XII):

Folha de lança. — Um exemplar quase intacto (Est. IX — fig. 16).

Como é sabido, as opiniões dividem-se quanto à natureza de tais peças que encontramos classificadas como folhas de lança por Nils Åberg ⁽¹⁾, Schmidt e O'Riordain, opinião também seguida por Siret e diferente da de Breuil que as considera foices.

Inclinamo-nos pela primeira hipótese, uma vez que a sua forma se assemelha à das folhas de lança de cobre. Parece-nos que as foices eneolíticas seriam compostas de elementos de sílex denteados, conforme adiante referiremos.

Pontas de punhal. — Assim consideramos uma peça incompleta (Est. IX — fig. 11) que é semelhante a outra de Licêa que Carlos Ribeiro ⁽²⁾ descreve desta forma: «superfície curva perfeitamente desbastada e aparelhada, sendo a oposta quase plana,

(1) *Obra citada* — pág. 72 e figs. 82; 2 e 3.

(2) *Obra citada* — pág. 30 e fig. 96 na estampa 16.^a.

mas tosca ou sem trabalho». Esta descrição adapta-se ao exemplar que encontrámos.

— Poderá ter pertencido a um punhal, dardo ou qualquer outra arma ou utensílio perfurante, a ponta de sílex espessa e que apresenta técnica solutróide, representada na Est. IX—fig. 10.

Ponta de seta. — De base côncava — incompleta — (Est. X — fig. 24).

Raspadores. — Destacamos o exemplar representado na Est. X — fig. 19.

É um instrumento parecido com as folhas de lança, mas que, em vez de terminar em ponta na parte superior, apresenta um bordo direito com retoques que o tornam cortante.

Encontramos peças semelhantes a esta, classificadas por Nils Åberg ⁽¹⁾ como serras ou foices, embora G. Goury julgue que teriam sido utilizadas como raspadores.

Esta última opinião parece-nos adaptável ao exemplar que descrevemos porque o bordo superior, que mereceu retoque cuidado, é pequeno para servir eficientemente como serra ou foice.

Carlos Ribeiro ⁽²⁾ classifica peças semelhantes que encontrou em Licêa como «hachas» e é curioso notar que uma delas, como a nossa, é de sílex cinzento-rosado.

— O exemplar representado na Est. X — fig. 22, — inicialmente folha de lança ou raspador semelhante ao antecedente — ou porque se partiu e o quiseram aproveitar ou porque intencionalmente se lhe deu tal forma, tem um entalhe semicircular num dos bordos laterais com retoques que lhe dariam a função de raspador de objectos de forma cilíndrica, tais como ossos, etc.

(1) *Obra citada* — pág. 72 e fig. 83.

(2) *Obra citada* — pág. 30 e estampa 16.^a, fig. 92 e 93.

Pontas retocadas. — Ponta de sílex negro retocada nos dois bordos com técnica de «La Gravette» (Est. IX — fig. 13).

— Um grupo de peças retocadas em ambos os bordos (Est. IX — figs. 12, 14, 15 e 17 e Est. X — fig. 20) do mesmo tipo que Eugénio Jalhay, Afonso do Paço e Leonel Ribeiro ⁽¹⁾ encontraram em Montes Claros e comentam desta forma: «na presente ocasião, não podemos estabelecer analogia com o que há publicado em estudos científicos nacionais... Se os encontrássemos isolados, em camada estratigráfica, desacompanhados de cerâmica etc., não apresentaria dúvidas a sua classificação e imediatamente os diríamos do paleolítico superior».

— Com técnica da mesma época, encontrámos uma lâmina espessa que apresenta vestígios de truncatura oblíqua numa das extremidades (Est. X — fig. 18).

Elemento de foice. — (Est. X — fig. 25). Fragmento de lâmina espessa com cinco dentes num dos bordos, apresentando deste lado pátina muito lustrosa. É uma peça semelhante àquelas com que G. Bonsor reconstituiu uma foice.

Camarate França ⁽²⁾ encontrou peças deste tipo na estação pré-histórica do Alto das Perdizes e Eugénio Jalhay e Afonso do Paço ⁽³⁾ no Castro de Vila Nova de São Pedro.

Lâminas. — (Ests. XI e XII — figs. 26 a 33 e 36 a 48). Números fragmentos, de várias dimensões, de secção triangular ou

⁽¹⁾ *Estação pré-histórica de Montes Claros* — Monsanto — separata dos n.ºs 20 e 21 da Revista Municipal — Lisboa, 1945 — pág. 15, foto entre págs. 8 e 9.

⁽²⁾ *A Estação Pré-histórica do Alto das Perdizes* — Porto, 1949 — pág. 78 e figs. 119, 120 e 122 da Estampa xv.

⁽³⁾ *El Castro de Vilanova de San Pedro* — Madrid, 1945, págs. 25 e 26 e figs. 42 a 47 da Est. xi.

trapezoidal, destacando-se, por serem mais completas, as que representamos na fig. 30 (esta com retoques em ambos os gumes) e figs. 33 e 36.

Núcleos. — Recolhemos bastantes com evidentes sinais de extracção de lascas. As figs. 49 e 50 da Est XII, reproduzem dois dos mais expressivos.

— De outros materiais líticos:

Fragmento de pequena *lâmina* de quartzo hialino, de secção trapezoidal.

Machados. — (Est. XIII). De várias dimensões e formatos, predominando os de anfíbolite.

Percutores. — Diversos, de forma arredondada e oblonga e de diferentes rochas duras.

Mós. — De grés (fragmentos).

Pedra de amolar. — De grés com evidente desgaste em zonas paralelas.

b) *Cerâmica — Pasta.* — grosseira, em geral de argila avermelhada, contendo grãos de areia, sendo raros os exemplares de argila escura; alguns parecem enegrecidos pela acção do fogo,

Forma dos vasos a que pertenceram os fragmentos encontrados. — Pela grande variedade de decorações, formas de bordos (Est. XIV e XV — figs. 56 a 58 e 60) curvaturas e espessuras, concluímos que os fragmentos correspondem a uma grande quantidade

de vasos, de vários tamanhos e formatos, de reconstituição difícil por se encontrarem muito partidos. Alguns fazem prever a presença do vaso campaniforme e taça do tipo Palmela. (Est. XVII e Est. XVIII — figs. 91 e 92).

— Um bordo decorado na parte superior (taça do tipo Palmela?) apresenta uma curvatura tão pouco acentuada que deveria ter pertencido a um exemplar de grandes dimensões (Est. XVIII — fig. 92).

— Representamos na fig. 98 da Est. XVIII um fragmento de cerâmica decorada (traços verticais e oblíquos entre linhas paralelas) com 15 mm. de espessura e cujas faces são completamente planas. Se admitirmos que tivesse pertencido a um vaso, certamente faria parte do fundo, neste caso chato e com decoração.

— Provenientes do planalto e do terreno lavrado que fica ao Sul, entre os dois muros de pedra solta, encontrámos bordos denteados semelhantes, por exemplo, a alguns da gruta II da Necrópole de Alapraia ⁽¹⁾, Licêa ⁽²⁾, Estação do Alto das Perdizes ⁽³⁾, Montes Claros ⁽⁴⁾, (Est. XV — figs. 56 a 58 e 60).

— Três exemplares curiosos patenteiam uma espécie de pega, dois com perfuração transversal, possivelmente para permitir a suspensão (Est. XV — figs. 59, 61 e 62). Outro ainda apresenta uma saliência dentro da qual há um orifício de forma tubular, talvez para o mesmo fim (Est. XVI — fig. 71).

(1) Eugénio Jalhay e Afonso do Paço — *A Gruta II da Necrópole de Alapraia*, «Separata dos Anais», vol. IV, Lisboa, 1941, fig. 38.

(2) Carlos Ribeiro — *Notícia da Estação Humana de Licêa*. 1878, pág. 46, fig. 9.

(3) J. Camarate França — *Obra citada*. Est. XVIII, figs. 152 e 153.

(4) Eugénio Jalhay, Afonso do Paço e Leonel Ribeiro — *Obra citada*. Na 4.^a página das estampas incluídas entre págs. 8 e 9.

Decorações. — A grande maioria dos fragmentos encontrados não tem decoração alguma. Observando os que a têm, poderemos distinguir as seguintes técnicas:

I — Aplicação de uma ponta em posição perpendicular ou oblíqua à superfície exterior do vaso, sobre a qual não desliza.

a) A primeira posição dá origem a uma decoração punctiforme (Est. XVI — figs. 64, 65 e 76);

b) A segunda, e porque a incisão tomou uma forma oblonga que lembra uma pequena folha, foi utilizada em alguns casos, para obter decoração baseada em motivos da natureza — estilização de plantas — (Est. XVI — figs. 66 a 74).

II — A ponta desliza sobre a superfície do vaso, produzindo incisão linear. Os motivos decorativos são geométricos e conseguidos pela associação de:

a) Linhas paralelas simples (Est. XVII — fig. 77);

b) Linhas verticais ou oblíquas entre paralelas (Est. XVII — figs. 78 a 83);

c) Linhas paralelas em ziguezague (Est. XVII — fig. 82 e Est. XVIII — fig. 91);

d) Linhas verticais entre paralelas em ziguezague (Est. XVII — fig. 83);

e) Linhas oblíquas preenchendo triângulos (Est. XVII — fig. 84);

f) Linhas cruzadas (Est. XVII — figs. 85 a 89 e Est. XVIII — fig. 90);

g) Feixes de linhas paralelas verticais (Est. XVIII — fig. 92);

h) Feixes divergentes de linhas paralelas (Est. XVIII — fig. 92);

i) Sulcos largos e profundos (Est. XVIII — figs. 94 e 96).

Por vezes, verifica-se a combinação das duas técnicas; de incisões punctiformes (I-a) e de linhas (II) — Est. XVI — figs. 75 e 76. Neste caso, as linhas contornam as incisões.

III — Aplicação de um instrumento denteado, obtendo-se linhas constituídas por sucessões de pontos.

Encontrámos um único exemplar desta técnica, no qual se observa decoração geométrica obtida pela associação de linhas paralelas horizontais com linhas paralelas em ziguezague (Est. XVIII — fig. 93).

IV — Aplicação de um instrumento oco, de secção circular, sobre a pasta, produzindo pequenas circunferências iguais.

No fragmento representado na fig. 90 da Est. XVIII, vemos estas incisões circulares combinadas com linhas cruzadas.

V — Aplicação de matéria corante (vermelha). Este processo é evidente na superfície exterior de alguns fragmentos que pertenceram a um vaso de paredes espessas e formato esferoidal e noutro também decorado com linhas paralelas e incisões (Est. XVIII — fig. 95).

VI — «Decoração de cordas» — único exemplar — (Est. VIII — fig. 7) ou mais provavelmente uma decoração que a imita e que, segundo Nils Åberg ⁽¹⁾, era conseguida pelo alinhamento de incisões oblíquas feitas com um instrumento de ponta convexa. À imitação da «cerâmica de cordas» também se referem H. Obermaier e Garcia y Bellido ⁽²⁾.

⁽¹⁾ *Obra citada*. Pág. 30.

⁽²⁾ *El hombre prehistórico y los Origenes de la humanidad*. 3.^a edición, Madrid, 1944, pág. 189.

A original — obtida pela impressão de uma corda enrolada enquanto a pasta estava ainda fresca — e que Nils Äberg não viu na Península (1) —, localizava-se na Turíngia e Saxónia, propagou-se pelo Reno, Alpes, Sul da Rússia, Norte dos Balkans (2) e foi um dos fenómenos mais típicos de uma determinada cultura eneolítica nórdica (3).

c) *Outros achados.* — Além dos referidos achados líticos e cerâmicos, merecem menção:

— Fragmento de concha (*Cardium*) com perfuração evidentemente intencional, que deve ter pertencido a objecto de adorno.

— Vários fragmentos de ossos cilíndricos, de diversos diâmetros, todos eles enegrecidos (Est. XII — fig. 51). As paredes do canal medular foram alisadas, o que nos leva a admitir que tivessem servido de cabos de instrumentos.

— Dentes e ossos de animais (predominantemente de «Sus» e «Equus»). Por se encontrarem à superfície dos terrenos ou apenas cobertos por delgadas camadas de terra, não podemos considerar que todos sejam contemporâneos do espólio que enumerámos, e, conseqüentemente, tomá-los como restos de alimentos dos habitantes do castro. Assim, não serão objecto de notícia detalhada.

(1) *Obra citada.* Págs. 30 e 31.

(2) Segundo Obermaier e Garcia y Bellido — *Obra citada.* Pág. 18.

(3) Segundo o Prof. Dr. Moritz Hoernes — *Collección Labor — Prehistória-I — La Edad de la Piedra.* Pág. 103.

5.º — Presumíveis vestígios de fortificações e de outras construções

a) *De fortificações* — Para facilitar a descrição, podemos distribuir os vários muros de pedra solta que se nos tornaram suspeitos de restos de construções antigas, por quatro grupos, embora pareça terem pertencido a um sistema único com cerca de 500 m. de extensão, quase sempre constituído por duas linhas mais ou menos paralelas.

I — O primeiro grupo de dois muros encontra-se aproximadamente a 60 m. ao Sul do planalto e entre eles localiza-se o terreno lavrado de forma rectangular onde, como já dissemos, os achados são abundantes e expressivos (3 e 4 na Est. I e IV). No que fica mais próximo do sopé do planalto e que tem o comprimento de cerca de 170 m., medimos espessuras de 4,50 m. a 6,50 m. (Est. VII — figs. 5 e 6). No que fica mais ao Sul e que dista do primeiro cerca de 35 m., as espessuras são menores: 2 m. a 2,50 m.

II — Oblìquamente às extremidades oeste dos anteriores, outros dois muros com 1,50 m. de espessura média ladeiam um vasto terreno, deixando-lhe uma ampla entrada mesmo à beira da escarpa Sul do monte (1 e 2 nas Est. I e IV).

III — Para Leste, e no provável prolongamento dos muros que citamos em I, a uma distância de cerca de 150 m., há ainda outro muro onde medimos uma largura média de 3 m. Apresenta 4 interrupções intencionais cujas aberturas variam entre 1 m. e 0,40 m. (5 nas Est. I e IV e Est. VI — fig. 3).

Paralelamente a este e do lado norte, há um socalco que acompanha o muro descrito em quase toda a sua extensão;

nota-se que está bordado de pedregulhos que lembram a base de um muro destruído (6 na Est. I e IV).

Também paralelamente e ainda mais ao Norte, um aglomerado irregular de pedras estende-se no sentido E.-O. (7 na Est. I e IV).

IV — A uns 80 m. da extremidade leste do muro principal descrito em III, outro muro, cuja base é de largura apreciável, contorna a colina, vira ao Norte, depois a Oeste, terminando súbitamente, cortado pela azinhaga que vem de Almargem do Bispo. A sua largura média é de 2 m. (8 na Est. I e IV).

É indiscutível que, para simples divisórias de propriedades, todos os muros descritos são demasiadamente largos. Conjecturamos portanto, que, pelo menos alguns, serão restos de fortificações defensivas desmanteladas, em parte ainda no seu alinhamento primitivo.

Observando a planta, perspectiva e foto aérea, (Est. I, IV e V), melhor se aprecia tudo o que referimos e se avalia o conjunto defensivo da povoação, assinalada pelos achados líticos e cerâmicos, que são mais abundantes precisamente nos terrenos compreendidos entre as escarpas (defesas naturais) e os muros (obras artificiais de defesa?).

Se, num ou noutro ponto, há descontinuidade no alinhamento dos restos das hipotéticas fortificações, ou até nas suas espessuras, lembremo-nos de que teriam sofrido, durante quatro milénios, defalques e deformações de várias origens: a erosão natural; o aproveitamento dos materiais para construção das simples divisórias de propriedades, que também abundam e não levantam suspeitas; e até a demolição e remoção dos pedregulhos para melhor aproveitamento da superfície arável.

Só uma campanha intensiva de investigações, sondagens para se avaliar da natureza da parte subterrada e o levantamento topográfico do local, permitiriam conclusões sobre a origem e concordância de todos os muros.

b) *De outras construções.*

I — É digno de nota um enorme amontoado de pedras (9 nas Est. I e IV e Est. VI — fig. 3) que se encontra a 17 m. ao Sul da extremidade oeste do muro 5.

Teria havido, neste ponto, uma construção que, pela pequena superfície da sua base e grande quantidade de material empregado, seria de razoável altura? Também é possível que seja apenas o resultado da remoção e acumulação — para desimpedir o terreno cultivável — dos restos de construções diversas, situadas fora dos muros.

II — No ângulo NE. do planalto e em nível um pouco superior à zona lavrada, vêem-se vários blocos de pedra, notáveis pelas suas dimensões, intencionalmente dispostos em círculo.

São dois os círculos, tendo o maior 7 m. de diâmetro. Na superfície interior, há mato abundante e pedregulhos dispostos irregularmente (Est. I e IV e Est. VII — fig. 4).

III — No terreno a Oeste do muro I («F» nas Est. I e IV), notam-se alinhamentos regulares de pedras, perfeitamente visíveis na foto aérea (Est. V). Determinar o seu significado e, a serem vestígios de habitações, qual a época em que teriam sido ocupadas, só será possível por meio de sondagens que não levámos a efeito, por não estarmos devidamente autorizados.

Diz Vergílio Correia, como já referimos, que «deve ter existido... um pequeno núcleo de habitações» no «extremo oeste do Picoto do segundo corpo da Serra» (1). Se interpretarmos «segundo corpo da Serra» como *corpo norte da Serra*, tais vestígios encontram-se precisamente no local que chamou a atenção do ilustre arqueólogo e reforçam a sua suspeita.

IV — Quem voltar à aldeia de Olelas descendo pela escarpa NO., encontrará a cerca de 100 m. do marco geodésico uma azinhaga que contorna o monte e segue por vezes apertada entre taludes.

Não nos repugna aceitar que tivesse sido o acesso primitivo ao castro e, neste caso, obedeceria a regras defensivas, pois o atacante teria de o subir dando-lhe a direita; ver-se-ia assim na situação menos favorável de, em marcha ascendente, ter de usar o braço esquerdo para o arremesso de projecteis.

O Forno dos Mouros. Várias vezes na aldeia, ouvimos falar no «Forno dos Mouros».

Finalizadas as nossas observações na «Estação da Coroada», resolvemos procurá-lo, tendo servido de guia o mais velho habitante de Olelas, o Sr. Domingos Cabeça.

Encontra-se situado cerca de 150 m. a SE. da aldeia, na margem esquerda de um regato que corre para SO.

Consiste numa cavidade de boca oval, cavada na rocha, com 1,95 m. no seu diâmetro maior e 1,75 m. no menor; o bordo do lado N. foi em parte destruído. Pareceu-nos que as suas paredes alargam para baixo, mas porque está entulhado com grande

(1) *Obra citada.* Pág. 209.

quantidade de pedras e terra, não nos foi possível proceder a um exame completo quanto a profundidade, possível espólio, etc.

O monumento é antigo, segundo o aspecto e a designação local, mas só depois de desentulhado se poderão tirar conclusões ou formular hipóteses sobre a sua origem e utilização.

Vergílio Correia, que também viu esta construção, considerou-a um «silo» embora tivesse achado estranha a sua situação junto de um ribeiro (1), facto este que nos leva a não excluir a possibilidade de ter sido um depósito para reter temporariamente águas.

6.º — Conclusões

A Estação Pré-histórica de Olelas tem merecido a atenção de especialistas notáveis.

Houve quem a descobrisse, explorasse as grutas do vale da Calada e recolhesse o espólio em museu: foi Carlos Ribeiro (2). Infelizmente, aconteceu que, por circunstâncias contrárias ao objectivo a que se propunha, da sua acção pouco mais ficou do que os respectivos efeitos materiais e faltam-nos assim quaisquer comentários que nos elucidem sobre as sábias ideias e conclusões do ilustre arqueólogo.

Houve quem a visitasse 35 anos depois e lhe parecesse que, no extremo Oeste do Picoto, teria existido «um pequeno núcleo de habitações»: foi Vergílio Correia. O tom interrogativo da sua suspeita sobre ser ou não neste ponto a «Estação da Coroadá», era como que um convite a uma resposta firme.

Sacudindo o pó depositado durante 55 anos sobre as pedras e os cacos recolhidos em museu, houve quem relacionasse e estu-

(1) *Obra citada.* Págs. 210 e 211.

(2) *Obra citada.* Pág. 69.

dasse os seus caracteres e época provável: foi Augusto de Melo Nogueira quem levou a efeito esse complemento indispensável aos trabalhos efectuados por Carlos Ribeiro.

Para quê então esta nossa notícia?

É que a «Estação da Coroadá» — posta sempre num plano secundário em virtude da maior atenção que mereceram as grutas necrópoles — carecia de ser *reencontrada* finalmente.

Convinha também que fosse *definida* após investigação de quais as várias jazidas de superfície, sua extensão, interdependência, e averiguação do interesse que para o caso poderiam oferecer todos os presumíveis restos de construções, relacionando-se e estudando-se ainda o espólio novo que se deparasse.

Dir-se-ia até que a tradição popular local, ingénua mas por vezes sábia, segundo a qual «no monte do Castelo existiu há muitos anos uma cidade» pedia uma satisfação.

Tentámos atingir os objectivos expostos e reconhecemos agora que falta fazer o mais trabalhoso e mais eficiente: por meio de campanhas de escavações, obter todos os subsídios que a «Estação» possa fornecer para o estudo do importante problema do eneolítico português e verificar o fundamento ou inconsistência das hipóteses que passamos a formular.

*

* *

A avaliar pela natureza dos utensílios ou fragmentos de utensílios encontrados, cujas aplicações seriam múltiplas — raspadores, facas, folhas de lança ou foicinhas, ponta de seta, machados, enxós, percutores, mós, cerâmica, etc.; a terem fundamento as nossas suspeitas sobre os restos de fortificações e outras construções; atendendo ainda a outras circunstâncias, tais como a situação da Estação em local dificilmente expugnável, sua

extensão, lendas, proximidade de grutas-necrópoles; e considerando os casos semelhantes das estações de Licêa, Chibanes, Rotura, Pragança e Vila Nova de S. Pedro; somos levados a concluir que estamos na presença dos restos de um *Castro*.

De simples achados superficiais, não se poderá estabelecer cronologia segura. Porém, da identidade entre os tipos de cerâmica que encontrámos e os das estações de Montes Claros, Alto da Cabreira, Alapraia, Cascais e muitas outras, podemos admitir — hipótese que fica em suspenso até que o estudo dos materiais encontrados em futuras escavações estabeleçam cronologia firme — que o castro é da *época eneolítica* (ou do «Bronze I» segundo a cronologia proposta no Congresso de Almeria) compreendida entre os anos 2.200 e 2.000 A. C.. Santa-Olalla chama a esta cultura «Bronze Mediterrâneo I» e atribui-lhe o período compreendido entre os anos 2.000 e 1.700 A. C. (1).

A julgar pela área onde achámos espólio, este castro é notável pela grande superfície que ocupa; figurará um dia, julgamos, entre os maiores que a arqueologia pré-histórica explorou nos arredores de Lisboa.

*

* *

Ao terminar, sentimo-nos tentados a fazer umas breves considerações que nos foram sugeridas pelo nome da aldeia próxima — Olelas — uma vez que vários indícios nos levam a admitir haver relação entre este aglomerado populacional e o castro cujos vestígios acabámos de descrever.

(1) *Esquema Paleontológico de la Península Hispánica*. 2.^a ed., Madrid, 1946, pág. 59 e seguintes.

Meditando sobre a origem de tal nome, ofereceram-se-nos as várias hipóteses que registamos:

Por comparação com «Caselas» (casas pequenas) e «Fontanelas» (fontes pequenas) «Olelas» será simplesmente um diminutivo do vocábulo latino «Olla» (1). É admissível, de facto, que no topónimo esteja uma alusão ao aparecimento de grande quantidade de vasos de barro, mesmo fragmentados, ou até de urnas cinerárias também de barro — uma das significações de «Olla». Não temos conhecimento de que Olelas alguma vez fornecesse espólio desta última natureza, mas a hipótese não será em absoluto fantasiosa se nos lembrarmos de que o castro teria sido habitado em épocas posteriores ao eneolítico — alguns fragmentos de cerâmica que encontramos permitem a suspeita. — Sendo assim, é possível que as populações contemporâneas da prática funerária a que aludimos deixassem na região certa abundância dos referidos monumentos; o facto impressionaria outras populações que, posteriormente, aí se estabeleceram e o novo povoado que se aninhou na falda do monte teria recebido denominação alusiva.

Mas, poderemos ir mais longe no campo da hipótese, onde já vimos, por vezes, extraviar-se o raciocínio dos mais rigorosos investigadores neste e noutros ramos da ciência; e, assim, apresentamos ainda uma presunção, talvez infundada, mas que se nos afigura atraente.

É facto constatado que certas povoações e cidades de origem muito antiga, localizadas na Península Ibérica, têm ou tiveram

(1) Ponhamos de parte o provincialismo transmontano «Ola» derivado do castelhano que significa «remoinho».

denominações caracterizadas pelo prefixo comum «Ol», como «Olissipo», «Olba» (Huelva?) «Olerdula», «Olontigi» e muitas outras.

Se admitirmos que se pode considerar o prefixo «Ol» no nome «Olelas» e que a sua natureza se filia em fenómeno filológico semelhante, o caso seria, sob o ponto de vista toponímico, comparável aos que referimos; e a proximidade da Estação pré-histórica sumariamente descrita nesta notícia reforça tal suspeita.

Ao contrário do que acontece com alguns dos exemplos anteriores — (Olissipo, por exemplo) — Olelas não possui pergaminhos históricos que preencham a solução de continuidade entre os dois únicos elos visíveis da cadeia que pretendemos reconstituir — o povoado eneolítico da «Coroadá da Montanha» e a aldeia de hoje — mas observemos que, perscrutando com atenção algumas características da sua fisionomia, se notam traços de antiguidade e que bem próximo há vestígios arqueológicos — «Fonte de Olelas», onde Carlos Ribeiro recolheu espólio (1). «Forno dos Mouros», etc.

Teria portanto, a aldeia de Olelas herdado o seu nome, hoje por certo adulterado, da povoação do alto do monte, sua longínqua antepassada?

A resposta cabe à filologia, quando estiver na posse de conhecimentos suficientes sobre as línguas usadas pelos povos primitivos da Península e puder então conjugar os seus esforços com os que competem à arqueologia pré-histórica, devendo assim surgir novos subsídios que permitam a análise deste e de outros casos equiparáveis.

Lisboa, Julho de 1950.

(1) Augusto de Melo Nogueira — *Obra citada*. Pág. 7.

ESTAMPAS

- I — Planta e perfis.
- II — O «Castelo» visto do NO.
- III — O «pequeno planalto» visto de Leste.
- IV — Perspectiva que interpreta a foto aérea — Est. V — .
- V — Oblíqua da «Estação da Coroada» — foto aérea de Abreu Nunes.
- VI — Fig. 1 — O cabeço do «Castelo» visto do «Picoto»; na parte central da fotografia e a meio da encosta, a gruta do «Biguino» — ao fundo, e dominando todas as elevações o «pequeno planalto» onde se localiza o marco geodésico.
- Fig. 2 — Terreno B entre os muros 3 (o do fundo) e 4. No último plano o terreno A.
- Fig. 3 — Terreno C e muros do grupo III (5, 6 e 7); à direita vê-se o amontoado de pedregulhos (9); por detrás do cabeço à esquerda, situa-se o Terreno D.
- VII — Fig. 4 — Dois grupos de pedras dispostas em círculo, no ângulo NE. do «pequeno planalto».
- Fig. 5 — Trecho do muro 3, visto do Sul.
- Fig. 6 — Muro 3 — parte superior.
- VIII — Fig. 7 — Cerâmica com «decoração de cordas», ou imitação.
- Fig. 8 — O «Castelo» (à esquerda) e o «Picoto» (à direita), vistos de Olelas.
- Fig. 9 — Entrada de uma gruta no flanco N. do cabeço do «Castelo», próxima do ângulo NE. do «pequeno planalto».
- IX — Figs. 10 a 17 — Peças de sílex.
- X — Figs. 18 a 25 — Peças de sílex.
- XI — Figs. 26 a 36 — Peças de sílex.
- XII — Figs. 37 a 50 — Peças de sílex.
- Fig. 51 — Fragmento de osso cilíndrico enegrecido.
- XIII — Figs. 52 a 55 — Machados.
- XIV — Cerâmica — perfis.

XV — Cerâmica.

Figs. 56 a 58 e 60 — Bordos denteados.

Figs. 59, 61 e 62 — Pegas.

Fig. 63 — Decoração.

XVI — Cerâmica.

Figs. 64 a 76 — Decorações.

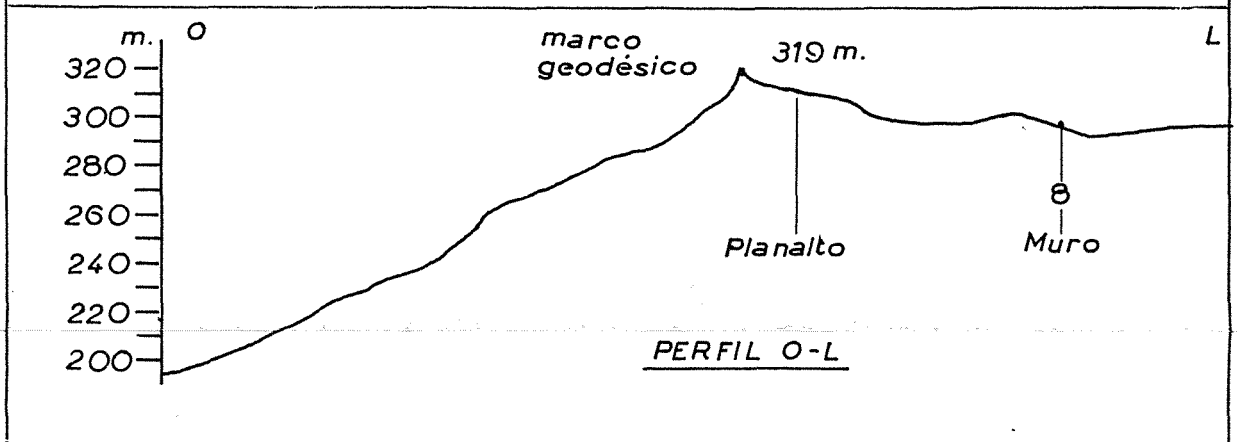
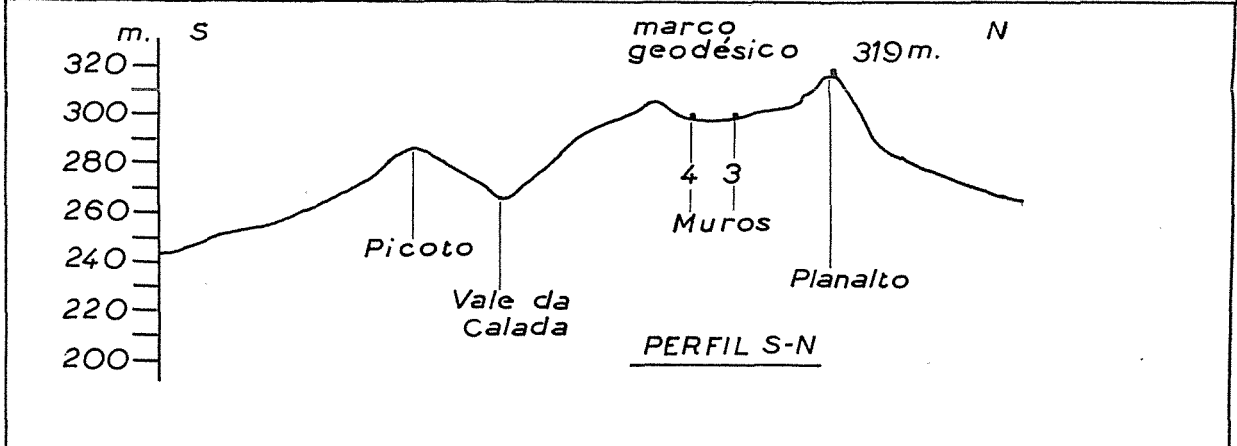
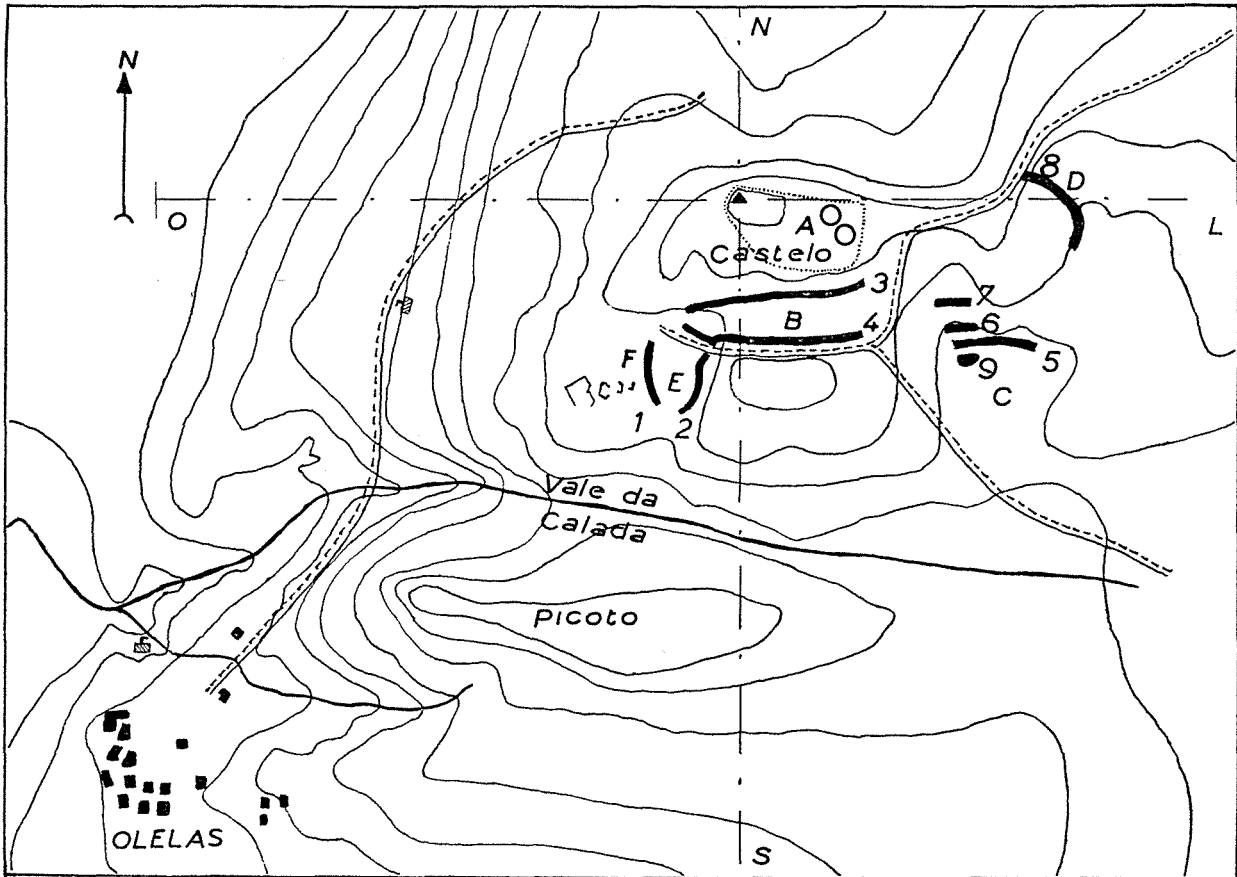
XVII — Cerâmica.

Figs. 77 a 89 — Decorações.

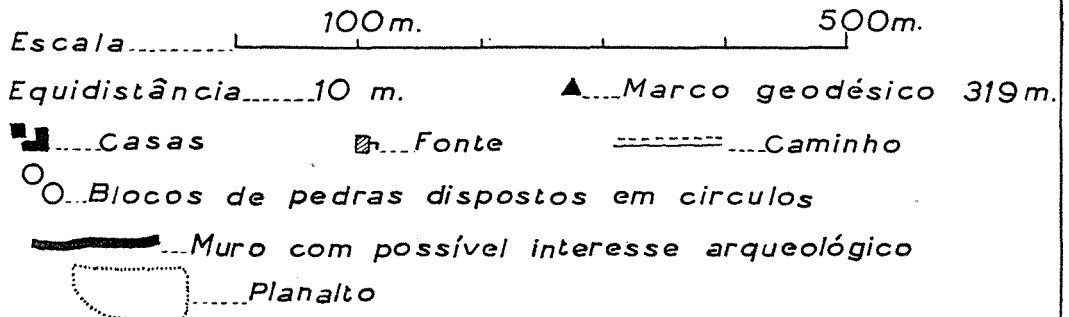
XVIII — Cerâmica.

Figs. 90 a 96 e 98 — Decorações.

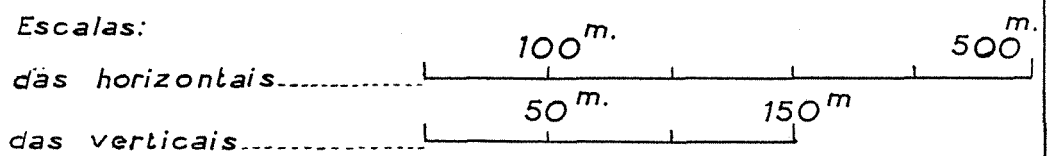
Fig. 97 — Fragmento com perfurações.



PLANTA

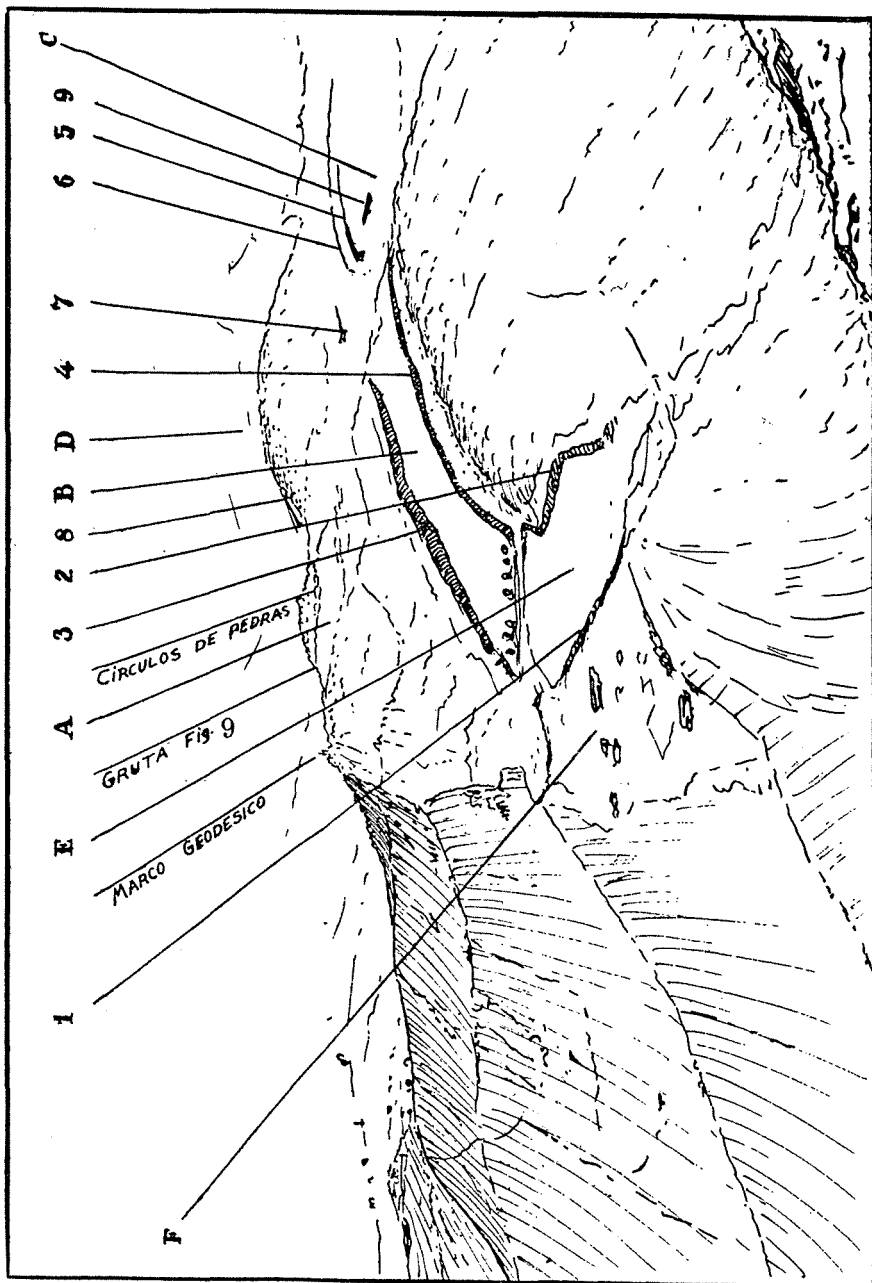


PERFIS



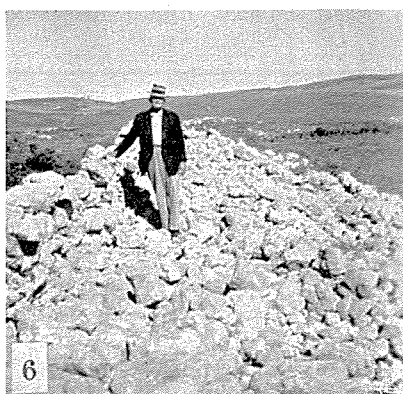
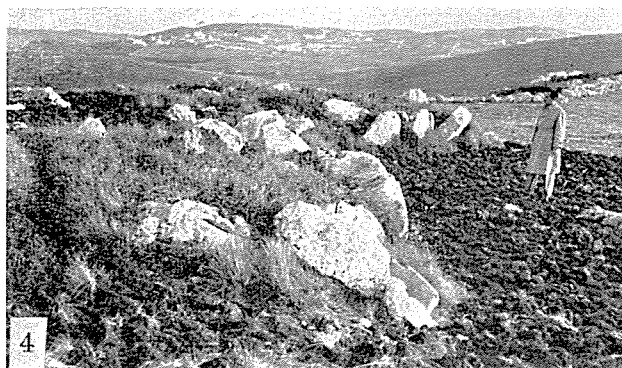


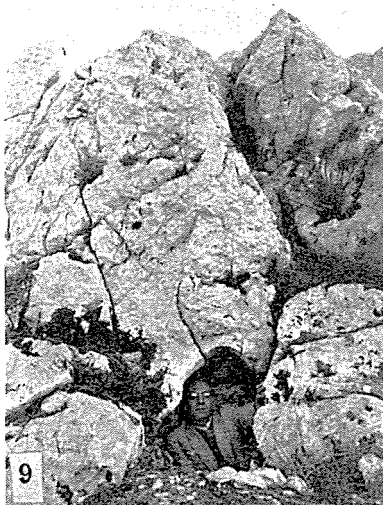
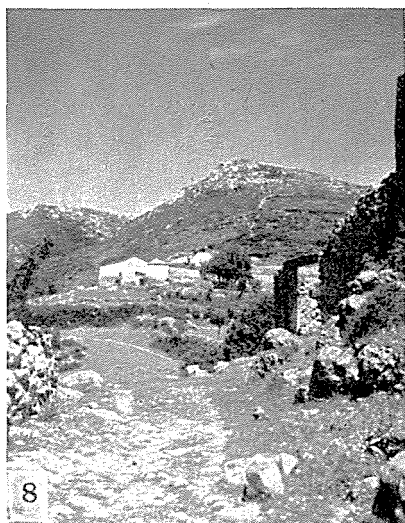
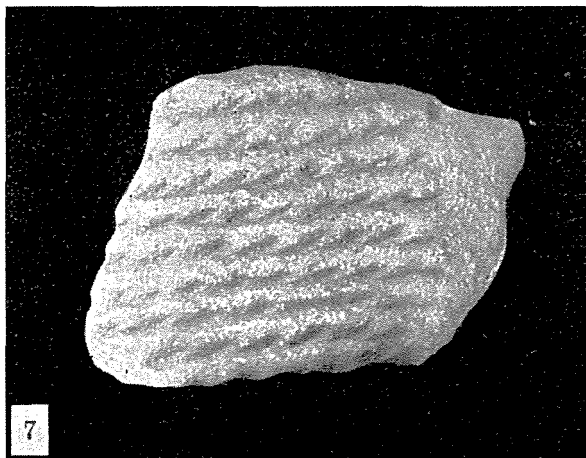






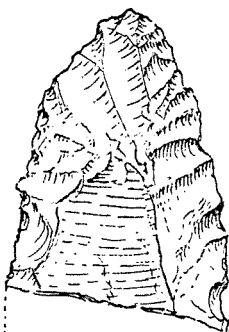








10



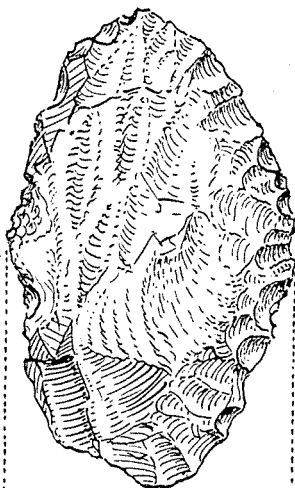
11



12



13



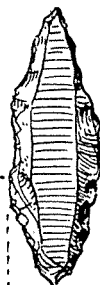
16



14



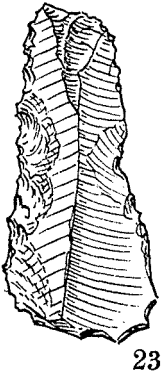
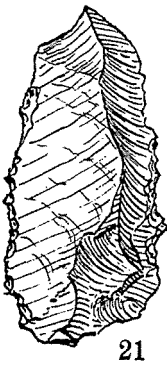
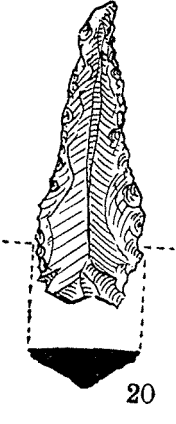
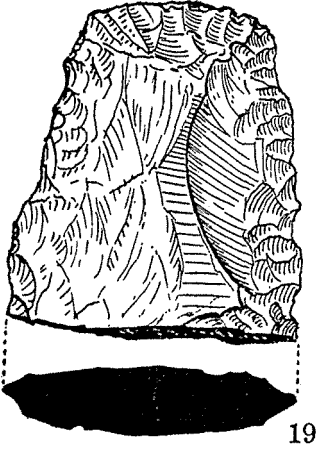
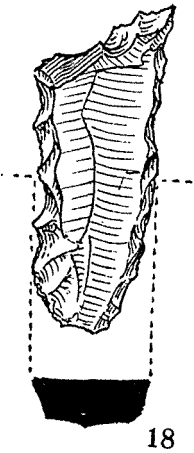
15

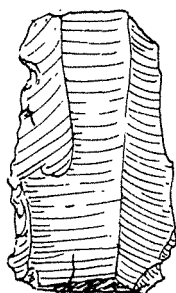


17

CENTIMETROS

0 1 2 3 4

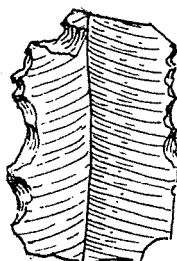




26



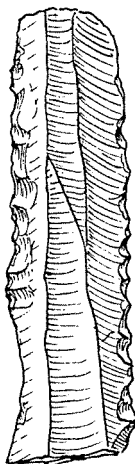
27



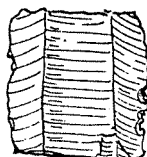
28



29



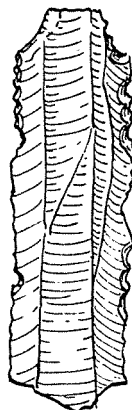
30



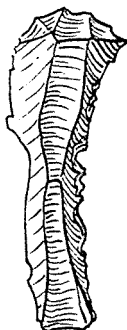
31



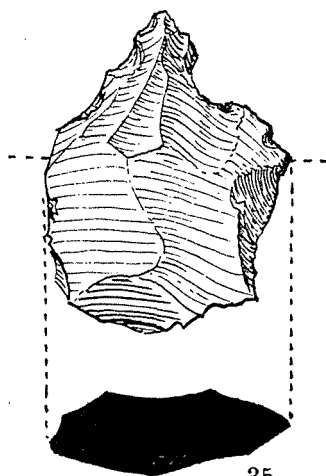
32



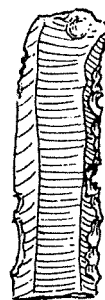
33



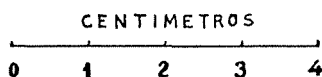
34



35



36





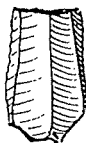
37



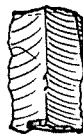
38



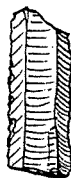
39



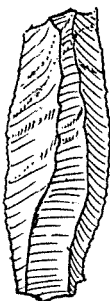
40



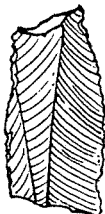
41



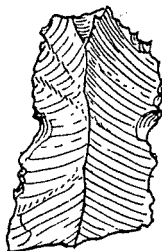
42



43



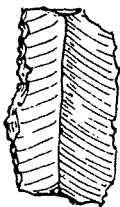
44



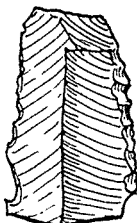
45



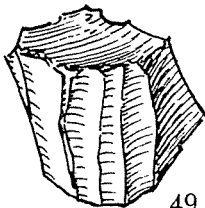
46



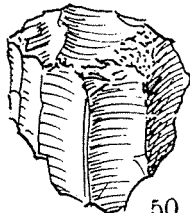
47



48



49

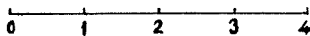


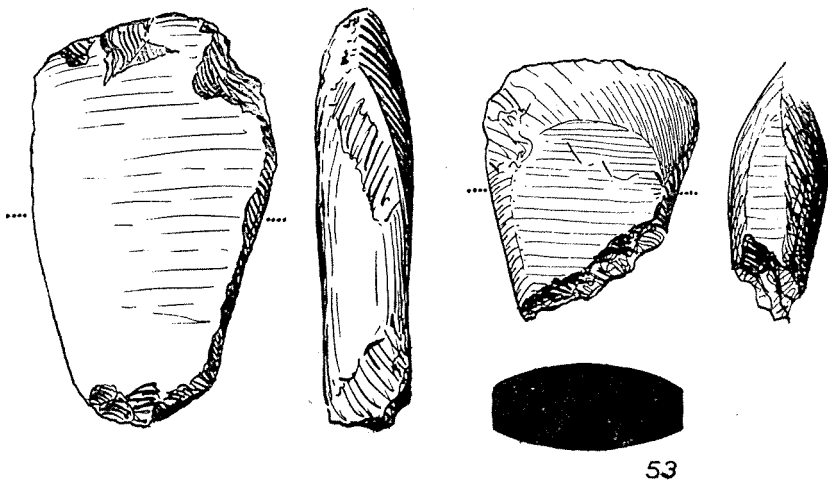
50



51

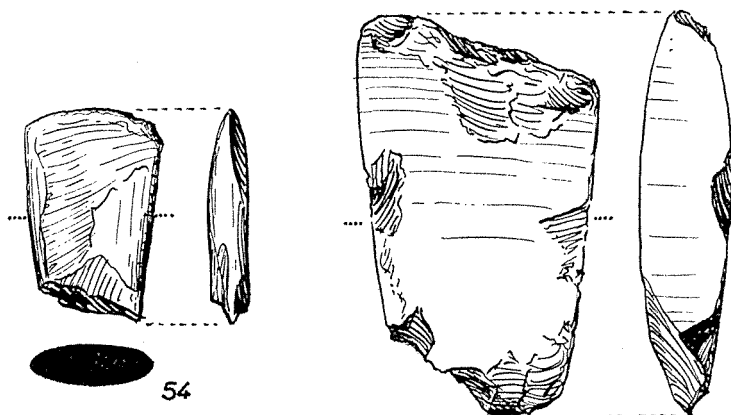
CENTIMETROS





52

53

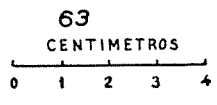
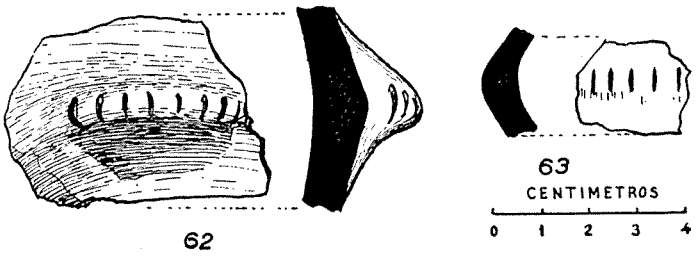
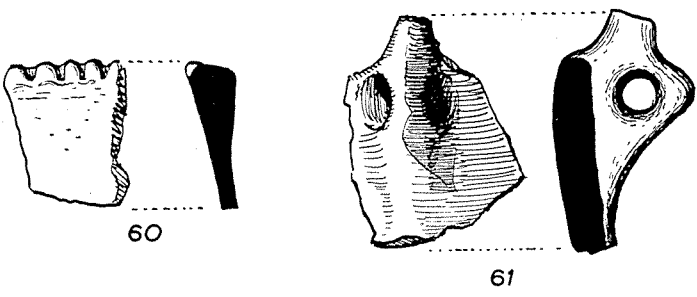
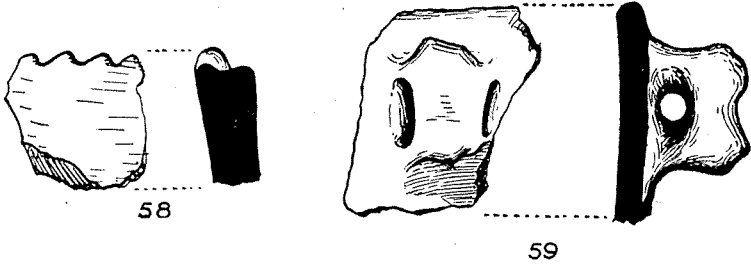
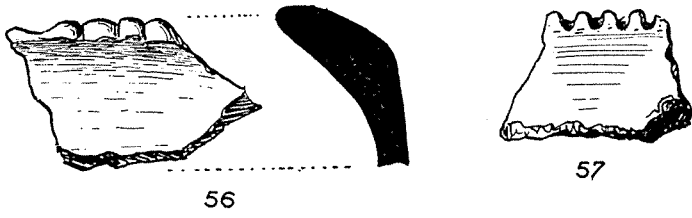


54

55

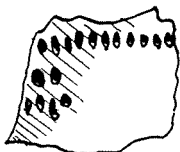








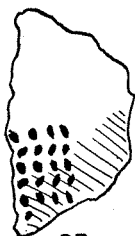
64



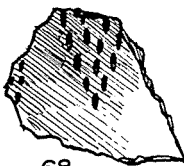
65



66



67



68



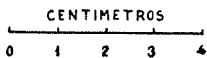
69



70



71



72



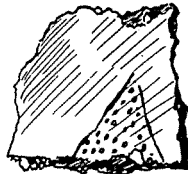
73



74



75



76

